

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

e-mail de contato: adm@aguasfrias.sc.gov.br

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura: Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional: Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte: Lei Complementar Municipal nº 011/2003, e Lei Complementar Municipal nº 45/2016, e suas alterações. <https://www.aguasfrias.sc.gov.br/legislacao/index/index/codMapaltem/48087>

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: 1 Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; 0 efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; 0 Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; 0 Servidores temporários e 0 estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? Sim. 20/07/2020 - 30/07/2020. por motivo de férias sem a presença de substituto.

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes: Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relotação, readaptação) Exame de prestações de contas de diárias; Exame de prestações de contas de adiantamentos; Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial; Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade; Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais;

Os seguintes sistemas são informatizados:

- **Sistema de controle patrimonial:** Totalmente informatizado
- **Sistema de almoxarifado:** Não informatizado (controle manual)
- **Sistema informatizado de planejamento orçamentário:** Totalmente informatizado

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais: **Excelente**

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores: **Bom**

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias: **Bom**

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada: **Bom**

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades: **Bom**

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação: **Bom**

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados: **Bom**

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação: **Razoável / Satisfatório**

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas: **Bom**

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício? Sim

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
Prefeitura e Câmara Municipal de Vereadores Prefeitura e Câmara Municipal de Vereadores Prefeitura/Educação Prefeitura/Setores Prefeitura/Câmara	Publicidades Institucional Contratos de Publicidades Limite Mínimo em Educação Ouvidoria Revisão/Reajuste Salarial Subsídios dos	Lei Eleitoral Lei Eleitoral Atendimento a Legislação Art. 212 da CF. Atendimento a Legislação, Lei nº 12.527/11 Ano de Enfrentamento a	Para que inative/retire do ar, a partir do dia 15/08/2020 até o dia 15/11/2020, todas as notícias, áudios e vídeos, classificados como publicidade institucional,	Atendidas Atendidas Atendidas Atendidas Atendidas

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

<p>Prefeitura/Câmara</p>	<p>Agentes Políticos</p>	<p>Pandemia - COVID 19 Ano de Pandemia, Lei Federal nº 173/2020º</p>	<p>publicados no portal do Município e nas redes sociais oficiais Para suspender no período eleitoral os contratos firmados com publicidades, e os programas de rádios da administração pública, somente os de interesse público. Para o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos de 25% em Educação, ano de pandemia. Encaminhamento das manifestações ao cidadão em tempo previsto na legislação Para que não conceda reajuste salarial, somente revisão anual aos servidores Para Manter o Mesmo Subsídio mensal dos Agentes Políticos Municipais, (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores).</p>	
--------------------------	--------------------------	------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? Sim

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

trabalhos? Não.

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão **Totalmente** formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? **Parcialmente**;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

Não ocorreram irregularidades na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

Não ocorreram irregularidades na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

Não foram realizados procedimentos na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? **Não**

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? Não

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? **Sim**

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento
Município de Águas Frias	Termo de Colaboração	001/2020	Transferência de Recursos Financeiros à APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Pinhalzinho -SC, visando atender os	41.373,60	Prestação de Contas Regular

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

			alunos do Município de Águas Frias, matriculados na instituição.		
--	--	--	------------------------------------------------------------------	--	--

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? Não

Entidades (se aplicável): ;;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável):

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno? Sim

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação: Amostra Aleatória Valor envolvido Risco (probabilidade de ocorrência de eventos negativos)

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver
91/2019	Pregão	Menor Preço	267.020,00	04.311.157/000	Não
08/2020	Presencial	Menor Preço	255.000,00	1-99	Não
09/2020	Tomada de	Menor Preço	385.000,00	12.572.403/000	Não
27/2020	Preços	Menor Preço	207.992,10	1-94	Não
40/2020	Pregão	Menor Preço	706.723,60	82.808.759/000	Não
54/2020	Presencial	Menor Preço	94.075,82	1-60	Não
63/2020	Pregão	Menor Preço	1.791.758,98	08.419.017/000	Não
76/2020	Presencial	Menor Preço	49.943,29	1-90	Não
03/2020 - Câmara	-Registro de Preços Pregão Presencial -Registro de Preços Tomada de	Menor Preço	3.325,00	76.579.317/000 1-96, 02.975.03 8/0001-05, 23.4 99.590/0001-44 , 24.432.556/00 01-15. 17.849.254/000	Não

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

	Preços			1-84	
	Pregão			92.021.062/000	
	Presencial			9-55	
	Pregão			04.325.930/000	
	Eletrônico			1-76, 16.738.78	
	Dispensa de			5/0001-34, 19.6	
	Licitação			34.481/0001-15	
				, 35.088.051/00	
				01-00, 12.014.3	
				70/0001-67, 78.	
				796.778/0001-4	
				6, 00.535.560/0	
				001-40, 07.396.	
				733.0001-36.	
				11.162.281/000	
				1-03	

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada: Bom
- Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas: Excelente
- Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório: Bom
- Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório: Bom
- Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas: Bom
- Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital: Bom
- Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições: Fraco

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? Sim.

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Procedimentos realizados:

Existência real de Servidores - Listar a relação de servidores, de acordo com o cadastro em folha. . 2020. Prefeitura/Câmara/Fundo Saúde

Vencimentos Servidores e demais verbas constantes em folha de pagamento, confrontado as com a legislação. 2020. Prefeitura

Vagas existentes confrontado com as ocupadas. . mensal . Prefeitura/Câmara/Fundo Saúde

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual): Excelente atuação da gestão
- Controle de horas extras pelos gestores: Atuação razoável da gestão
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividadesde Direção, Chefia e Assessoramento: Atuação razoável da gestão
- Realização de cursos de capacitação pelos servidores: Excelente atuação da gestão
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores: Atuação razoável da gestão
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores: Excelente atuação da gestão
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos: Excelente atuação da gestão
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório: Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social: Excelente atuação da gestão
- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças): Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas: Excelente atuação da gestão
- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal: Atuação razoável da gestão
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento: Excelente atuação da gestão

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)? Não

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

--	--	--	--	--

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade? Não

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência? Não

Renegociação realizada, **se houver**:

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? **Sim**.

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? **Sim**.

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

Verificação em forma de auditoria junto a Transparência Pública. Acompanhamento e Monitoramento das despesas com Pessoal Executivo e Legislativo. Acompanhamento e Monitoramento das despesas com a frota de veículos e máquinas públicas. Acompanhamento e Monitoramento dos Subsídios dos Agentes políticos. Acompanhamento e orientação para realização de Audiências Públicas. Acompanhamento e Monitoramento quanto as leis orçamentarias: PPA LDO e LOA. Acompanhamento e Monitoramento: SIOPE, SIOPS, CAUC e SICONFI. Acompanhamento e Monitoramento quanto ao enfretamento da COVID 19. Acompanhamento e Monitoramento e publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e Balancetes Contábeis. Encaminhamento de Relatórios mensais ao Chefe Imediato dos principais atos e fatos e movimentações realizadas na Administração Pública. Acompanhamento e orientações quanto s vedações do ano eleitoral e final de mandato de prefeito.